

Aspectos da tragédia  
em *Queimados: documento cênico*,  
de Luiz Guilherme Santos Neves

Tragedy Aspects  
in *Queimados: documento cênico*,  
by Luiz Guilherme Santos Neves

Wilson Coêlho\*

**B**aseada na *Insurreição do Queimado – Episódio da História da Província do Espírito Santo*, de Afonso Cláudio, a peça teatral *Queimados: documento cênico*, de Luiz Guilherme Santos Neves, publicada em 1977, é, para além de um “documento cênico”, como propõe o autor, um resgate da memória de nosso estado, tanto no que diz respeito ao processo genocida e autoritário de nossa formação quanto no papel do negro na resistência. E a importância dessa obra também se dá por retirar a invisibilidade da história do Espírito Santo no cenário nacional.

---

\* Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Nessa obra, Luiz Guilherme Santos Neves aborda um dos mais significativos eventos da história capixaba, quando, em 1849, no município da Serra, os negros escravizados, que ajudaram a construir a igreja de São José do Queimado em troca da alforria supostamente oferecida pelo frei Gregório José Maria de Bene, se rebelaram quando entenderam que foram traídos.

Conforme Jaqueline Freitas, em notícia publicada pela Fundação Cultural Palmares, a Insurreição de Queimado é entendida como o

Principal movimento contra a escravidão ocorrido no Espírito Santo, a *Insurreição do Queimado* é resultado da construção de um processo político de conquistas e foi um marco na história da negritude capixaba. Contam os pesquisadores que a revolta nasceu de uma promessa não concretizada de liberdade, feita pelo frei italiano Gregório José Maria de Bene aos escravos da localidade de São José do Queimado, hoje distrito do município de Serra.

Tido como defensor dos ideais de liberdade, o missionário tinha interesses políticos em construir uma igreja na região, e teria garantido a negociação da alforria com os donos de fazendas, em troca da construção do templo pelos escravos. Há relatos de que o frei não teria garantido nada, e, sim, prometido interceder junto aos fazendeiros para obter a concessão da alforria. Consta, ainda, que ele realmente não admitia a escravidão e que teria estabelecido uma estreita ligação com os escravos, o que preocupava e contrariava quem usava a mão de obra escrava para enriquecer.

O fato é que o não cumprimento do que fora interpretado como uma promessa deflagrou uma rebelião. Relatos de descendentes dos sobreviventes apontam que mais de 300 homens, mulheres e até crianças manifestaram o inconformismo – afinal, a igreja fora entregue pronta antes do dia de São José, conforme combinado, e resultara de muito tempo de árduo trabalho. Conta-se, também, que o templo foi construído com pedras divididas por tamanhos, e carregadas por longas distâncias e subidas íngremes; as pedras pequenas, do tamanho de um punho, eram destinadas às crianças, algumas com apenas seis anos de idade (FREITAS, 2011).

A história dos negros na Freguesia de Queimado, assim como no Espírito Santo e no Brasil, trata-se de um recorte histórico, pois faz parte de um processo de colonização implantado no país e na América Latina, a partir da violência e da negação da alteridade, do outro.

Elysiário, Chico Prego, João Pequeno, João da Viúva e Josino, entre tantos outros, tiveram um destino cruel, pelo simples fato de reclamarem pelo não cumprimento daquilo que havia sido interpretado por eles como uma promessa de alforria em troca da construção da igreja. Muitos deles foram mortos, enforcados, e outros, conforme o grau de envolvimento, açotados por terem se “rebelado”, pela razão de lutarem para ser livres, o maior e mais sagrado bem da humanidade. Mas tudo de acordo com a lei que quase sempre é escrita para referendar a história dos vencedores. Segundo Afonso Cláudio, essa lei, expressa no Código Penal de 1830 de base lusitana, ditava os crimes e as punições referentes a insurreições:

O Código Criminal de 1830 capitulava a insurreição de escravos como delito e variava do açoite à execução as penas aplicáveis. Determinava ainda que a pena de morte fosse dada na forca. Era o que se denominava de “morte natural”, fórmula haurida a antigo direito lusitano (CLÁUDIO, 1979, p. 104).

A peça de Santos Neves é construída em dois atos, sendo o primeiro composto de seis cenas e o segundo, por cinco. Embora não seja de nosso interesse esquadrihar o gênero em que se estrutura *Queimados*, despertou-nos a atenção a presença do coro nesse texto dramático. Tal percepção nos levou à clássica descrição de Aristóteles da tragédia, gênero famoso por colocar em cena altos homens melhores do que somos.

É pois a Tragédia imitação de uma ação de caráter elevado, completa e de certa extensão, em linguagem ornamentada e com várias espécies de ornamentos distribuídas pelas diversas partes [do drama], [imitação que se efetua] não por narrativa, mas mediante atores, e que, suscitando o terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções (ARISTÓTELES, 1992, p. 37).

Enraizada numa moral ocidental sabidamente elitista e excludente, a tragédia perdeu relativamente seu lugar, quando o drama passou a admitir no gênero dramático, no século XIX, heróis burgueses, de todo modo ainda ligados à elite econômica e/ou intelectual. Como adiantamos, esquadrihar a peça de Luiz Guilherme Santos Neves não é nosso objetivo, mas pensamos que seria

producente ler *Queimados* como uma “tragédia” de heróis negros, porque conscientes da necessidade inegociável de liberdade e dignidade, o que os torna “homens melhores” do que somos em seu sentido mais importante, o do humanismo fundamental.

Neste ensaio pouco convencional pretendemos, a partir de nossa leitura, reflexão e prática dramatúrgica, comentar *Queimados* e seus possíveis aspectos trágicos, mas atualizando, talvez, arriscadamente, os preceitos aristotélicos. Com esse objetivo, passaremos pelos atos e cenas do documento cênico, ponderando sobre a composição dos personagens históricos ficcionalizados por Santos Neves e sobre sua ação de homens melhores.

Como recurso para contextualizar no tempo e no espaço o universo da trama, no primeiro ato, em sua primeira cena, intitulada “A noite da véspera”, com as cortinas ainda fechadas, Santos Neves apresenta um anunciante que lê:

FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO

Foi criada pela Lei provincial nº 9 de 1846.

LIMITES: Divide-se de conformidade com as leis provinciais nº 12, de 1850 e nº 6 de 1856, com a freguesia da Serra pelo rio Tanguí e porto do Uma, seguindo a margem do brejo até a ponte do mesmo nome, e em linha reta até a estrada de São José na ladeira das pedras compreendendo todo o Itapocu e todo o Caioaba.

Separa-se da freguesia de Cariacica pelo rio Taha até Boapaba e daí pela lagoa do Cambé até o rio Calambá em direitura ao centro. (NEVES, 1977, p. 7).

A partir desse momento se desenrola a trama, quando os negros, no meio da mata e num clima de conspiração, começam a organizar estratégias para a inauguração, no dia seguinte, 19 de março de 1849, da igreja católica São José, em homenagem ao José, pai de Jesus Cristo, conforme a mitologia cristã, e, ironicamente, considerado o santo padroeiro dos trabalhadores. Os negros, escravizados, estavam apreensivos e, obviamente, acostumados com os desmandos de seus senhores, desde os fazendeiros, os grandes proprietários de

terras, o governo e a Igreja organizavam-se para a inauguração da referida igreja caso não fosse cumprida a promessa de liberdade que, conforme entenderam, foi um compromisso firmado com o frade italiano Gregório José Maria de Bene, que fazia parte de um grupo de franciscanos missionários que vieram ao Espírito Santo para propagar, leia-se catequizar, a religião católica.

ELYSIÁRIO – Garrei de pensar que o frade podia querer mudar a promessa, amolengar a vontade, aguar o combinado. Por causa dessa desconfiança arregimentei os cativos, fiz pregação do plano de ajuntamento na frente da igreja, amanhã, na hora da missa. Assim, embolam todos lá, na porta da igreja, diante dos fazendeiros e do frade que é para ele não voltar o prometido e não tomar decisão em desfavor dos cativos por respeito aos donos dos escravos (NEVES, 1977, p. 11).

Na segunda cena do primeiro ato, entendida como “Cena após a noite da véspera”, que é o dia da inauguração da Igreja São José de Queimado, tudo se resume numa grande festa com muita gente, quando os protagonistas são os fazendeiros com suas mulheres e seus filhos. Nesse momento é que afloram as expectativas de que o frade italiano vai anunciar a alforria dos escravizados que construíram a igreja.

CHICO – (Apontando para os arredores) – Estão tudo aí com os cativos no agachamento dos matos. O povo do João Pequeno mais o povo do João da Viúva. Na hora do aviso da alforria vão dar as caras num escarcéu medonho de satisfação. É bastante o padre declarar a liberdade (NEVES, 1977, p. 18).

Mas referendando a crônica da traição anunciada, o frade, em nenhum momento da missa, faz referência à alforria, sequer aos negros que construíram a igreja. Há um alvoroço entre os cativos que decidem pela resistência e enfrentamento. Entre a amotinação e os gritos de “Abre! Abre! Queremos a liberdade. Alforria, alforria! Liberdade!”, optou-se pela alternativa de Elysiário intermediar a questão com o frade Gregório que gritava desesperado:

GREGÓRIO – (Recuando) – Mas isso é uma verdadeira insurreição. Estão todos possuídos do Demônio. – (Entrando rapidamente na igreja, enquanto se benze). – Em nome do Pai, do Filho... Fechem as portas, fechem as portas da igreja! Os negros estão amotinados! (As portas

voltam a ser trancadas. Ouvem-se rumores dentro da igreja. Do lado de fora os negros aumentam o escarcéu) (NEVES, 1977, p. 25).

Nesse lugar, onde o enfrentamento e a revolta são latentes, Elysiário se compromete a entrar na igreja e tentar resolver o empasse a partir do diálogo, mesmo que a impossibilidade se impusesse como o limite do possível diante do que estava determinado pela lei das circunstâncias. Assim, na “Cena entre Elysiário e frei Fregório”, terminam por ficar explícitos os anseios e entendimentos de ambas as partes.

ELYSIÁRIO – Por que o padre não cumpre o prometido?

GREGÓRIO - Nada prometi. Você sabe disso, infeliz. Foi de sua cabeça que nasceu esse plano hediondo, essa conjuração pecaminosa.

ELYSIÁRIO – Não, padre. Não foi da minha cabeça. Toda ação tem começo na palavra. Vosmecê disse as palavras, acendeu a ideia. Foi vosmecê que primeiro falou na liberdade; foi vosmecê que condenou, no sermão das missas o cativo dos povos.

GREGÓRIO – Nada disso. Você torceu minhas palavras, mudou o sentido delas. Eu disse uma coisa, você entendeu outra. Quando falei em liberdade era a do reino de Deus. Para os bons e para os justos. Para os obreiros do Senhor e os que tivessem fé na religião. (NEVES, 1977, p. 27).

Depois da conversa, na “Cena após o encontro com o padre Gregório”, Elysiário, saindo da igreja, convoca os companheiros para fazer o relato. Apesar do lado negativo do encontro que, conforme a confissão do padre de que havia falhado em todas as tentativas de convencer aos donos dos escravizados pela alforria, também trouxe um novo plano, aconselhado por Gregório, que era o de voltar às fazendas e angariar junto aos fazendeiros assinatura de libertação. Obviamente, nessa discussão, muitos negros não acreditaram na proposta do padre que, de certa forma, estava apenas tentando evitar um confronto entre as partes. Chico Prego se manifestou:

O chefe Elysiário me desculpe a impertinência mas estou gostando não. A volta pras fazendas traz risco em demasia. Os fazendeiros estavam desincontidos na igreja na hora da missa. Partiram todos pisando nos cascos, lançando xingamentos. Foram chamar as autoridades, trazer as tropas de Vitória. Se os cativos voltam pras fazendas vão entregar o lombo ao feitor. (NEVES, 1977, p. 34).

Mas apesar da postura de Chico Prego e de alguns de seus companheiros, diante dos argumentos de Elysiário de que o padre tinha influência com a rainha-imperatriz, Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, para dar andamento no projeto de alforria após as assinaturas, ficou acordado que os escravizados fariam essa tentativa, embora sem perder a desconfiança. Dividiram-se em equipes e saíram em campo para a coleta de assinaturas. Como alguns haviam previsto, a proposta não seria aceita pelos fazendeiros. Conforme o praticamente antevisto, na investida de Chico Prego numa das fazendas é recebido pelo Coronel que o esperava armado e foi bastante incisivo sobre sua recusa em assinar o documento. Chico Prego ainda quis argumentar diante do fuzil do Coronel:

Olha, coronel, não leva a gente a mal. Mas eu – me permita dizer – eu no lugar do coronel pensava sem afobação. Esfriava a cabeça. Pelo oposto, a negativa do coronel pode provocar engrossamento de ódio. O coronel sabe como é – tem muito cativo derramado aí fora, nos matos, de olho chisposo, no desejo de sangrar atoa, atoa. Não falo do coronel que é homem destemido, de fama propagada. Falo mas é pela família do coronel, encolhida aí na casa, por trás das portas. O coronel não vai ser doido de exhibir valentia, cometer desatino. (NEVES, 1977, p. 40)

Depois dessa argumentação de Chico Preto, o Coronel, de certa forma parecendo sentir-se acuado, se rendeu, embora continuasse mantendo sua posição, talvez por não acreditar que os negros teriam algum êxito:

Sua sorte, negro, é minha família estar na casa. Se não fosse isso...

Mas não vai ser esta merda de papel que vai garantir a alforria dos negros rebeldes.

Escute, miserável, o que quero dizer é que este trapo de papel não vai servir de proteção contra as tropas que vão chegar. Vou ver negro escafedendo para todos os lados; vou ver esta rebeldia corrigida na chibata; vou ver cativo pendurado no nó das forcas, com palmo de língua para fora. Tudo isto vou ver porque essa praga eu lhes rogo!

Pois ouçam todos! Escutem. Larguem as armas enquanto é tempo! Voltem para o trabalho das fazendas. Acabem com essa maluqueira. Não sejam estúpidos.

Um dia, negros, um dia, vocês vão lembrar do que eu digo: negros não tem cabeça para fazer motim. Não tem tutano. Não tem organização. E sem organização não há rebelião (NEVES, 1977, p. 40-41).

Independente desse discurso nervoso e agourento do Coronel, Chico Prego consegue a assinatura do documento e vai até o seu grupo, mas – logo em seguida – um companheiro chega, avisando que as tropas de Vitória estavam a caminho e que a peleja seria inevitável. Assim, se dividem em novos grupos e definem algumas tarefas na expectativa do próximo dia.

No dia seguinte, na “Cena antes do confronto no desfiladeiro”, as lideranças se reúnem na região vizinha de Pendanga e, decepcionados, constataam que foram muito poucos os negros cativos que aderiram e que a debandada foi grande. Discutiram a situação e alguns chegaram à conclusão de que os cativos “afrouxaram a valentia”, enquanto outros acreditaram que tudo isso se devia à troca de plano que fez os escravizados perderem a confiança na empreitada, ao que Elysiário responde enfurecido:

Merda nenhuma. Foi acovardamento mesmo. O chefe Carlos agora deve segurar os que sobraram antes que também se embrenhem nos matos. Vai e põe eles debaixo de ordem severa. Corta a intenção de fuga. Faz ainda a contagem exata das armas e da munição. Leva o João Pequeno para atendimento da missão. Na passagem, manda o Chico Prego e o João da Viúva (NEVES, 1977, p. 45).

Apesar do desalento de alguns, muitos ainda tinham a esperança de que o padre Gregório até então poderia intervir em suas defesas e que seguiriam colhendo assinaturas dos fazendeiros em prol da alforria. Assim, por um lado, contavam com o padre que, de certa forma, também poderia ser preso e necessitava ser protegido das milícias; por outro, pelo arriscado desse enfrentamento, temiam medir forças com as tropas.

JOÃO – (Impetuoso) – Não medir força, por quê? Tem cabimento largar o padre nas mãos da milícia?

CHICO – (Aprovando) – No meu modo de ver, tem cabimento não. Convém salvar o padre antes das tropas largar o Queimado.

ELYSIÁRIO – (Relutante) – Não vejo razão. O padre pode ser preso, mas não fica preso. Já se viu deixar preso vigário que tem parte com a rainha? É despropósito que não dura muito. Logo soltam ele. E tem as assinaturas para pegar dos fazendeiros. Nossa obrigação é essa – pegar as assinaturas. Depois entregar tudo ao padre, quando as autoridades soltarem ele... (NEVES, 1977, p. 47).

Mesmo conscientes do número reduzido de rebeldes, reconheceram que não haveriam de temer nenhum risco além do que já estava colocado para eles. Era um caminho sem volta e somente lhes sobravam duas alternativas, lutar ou lutar, e assim se prepararam para o enfrentamento, indo em direção a Queimado.

No último quadro do primeiro ato ou a “Cena após o confronto com as forças de Varela”, encontram-se João da Viúva, ferido na perna, e Chico Prego. Fazem uma avaliação do confronto, comentam e enumeram os mortos dos dois lados, assim como reconhecem a falta de organização do movimento e demonstram a decepção com os omissos que, independente de seus motivos, são considerados “traidores”. Entendendo a situação, deduzem que não caberia nenhuma outra possibilidade de sobrevivência senão a fuga, e consideram que era chegado o momento da perseguição e da vingança dos fazendeiros com todo o aparato do governo.

JOÃO – Agora vai ter começo a má hora, a abertura da perseguição...  
CHICO – De agora por diante é ganhar lonjura dessas paragens, ficar a salvo das mãos do capitão Antonio Pinto, que outro não tem com mais capacidade para bater mato...  
JOÃO – Ora, já que deu, deu-se. Bom consolo não se tem mais.  
CHICO – Vamos ganhar distância desse lugar.  
JOÃO – No rumo das montanhas?  
CHICO – No rumo das montanhas (NEVES, 1977, p. 53).

No segundo ato, na primeira cena, intitulada “Julgamento de Frei Gregório”, que, conforme o dramaturgo, “mais que um julgamento, é um interrogatório”, referendado, inclusive, pelo Meirinho, oficial de justiça que anuncia o ato para referendar o juramento que o padre fez ao alferes Varela para responsabilizar Elysiário pelo motim de Queimado.

MEIRINHO – Interrogatório do Padre Frei Gregório José Maria de Bene, missionário apostólico e vice-prefeito da missão Sagrado Coração de Jesus e de Maria Santíssima instituída por Ordem Imperial no ano da graça de 1845 (NEVES, 1977, p. 56).

Assim, inicia-se o interrogatório, tendo como ponto de partida o juramento do padre para averiguar os fatos e estabelecer-se o que convinha como verdade. Depois vêm suas justificativas do projeto de construção do templo de Queimado, dedicado, no seu entender, ao grande e poderoso patriarca São José, pai adotivo de Nosso Senhor Jesus Cristo, quase como uma dádiva para o povo que, de acordo com o pensamento dominante da Igreja e dos senhores de escravizados, precisava se deslocar de lugares longínquos e difíceis para ter acesso à Santa Missa num lugar propício e aconchegante. No entendimento desses, os cativos não eram considerados mais que idiotas, tendo em vista que o conhecimento admitido como verdadeiro deveria ser o dos colonizadores, referendando a máxima de Engels e Marx de que "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante" (ENGELS; MARX, 2007, p. 47).

No depoimento do padre, ele afirma que:

O templo do patriarca foi edificado no meio de uma povoação de cinco mil almas que viviam na máxima ignorância e inação, causa de tantos homicídios, de contínuos roubos, de frequentes embriaguezes e de todos os vícios abomináveis. Com a edificação do templo, estes sítios mudaram de aspecto, como também reconhecem e confirmam os moradores, dizendo que a religião santa e benéfica que era quase extinguida naquelas bandas hoje começa a florescer. Por isso, rendem todos contínuas graças à Divina Providência pelo grande benefício que dignou fazer-lhes de enviar-lhes um ministro evangélico para coloca-los de novo no caminho da salvação (NEVES, 1977, p. 61).

Mas a grande polêmica e interesse do juiz não era saber dos propósitos da fundação da igreja, mas – sim – entender até que ponto ao padre poderia ser imputada a responsabilidade na rebelião. Da parte de Gregório, tudo não passava de um mal-entendido em que Elysiário, que lhe era próximo e em quem confiava, num determinado momento, inspirado pelo "Inimigo do Gênero Humano", acreditava que a contribuição dos escravizados na construção da igreja lhes garantiria a alforria.

FRADE – O ímpio insistiu na pretensão hedionda da alforria dizendo que nas minhas palavras durante a construção do templo ele tinha posto entendimento que um ministro evangélico podia prometer liberdade para negros escravos.

JUIZ – O senhor procurou esclarecê-lo?

FRADE – Disse-lhe que nunca tinha sugerido tal ideia, que aquele entendimento nasceu dele, escravo impuro e malvado e quando falei em liberdade foi no sentido simbólico referindo-me à liberdade do Reino de Deus. Disse-lhe que não tinha poder de alforriar e que ele retornasse ao seu trabalho. Todavia, nada do que falei entrou nos seus ouvidos porque sua alma já estava dominada pela Criatura do Mal que é o maior inimigo de Deus (NEVES, 1977, p. 63).

Dentre as diversas pessoas citadas no depoimento do padre Gregório, o juiz solicitou o sacristão José Pinto Lima, o juiz de paz João da Vitória Lima e o professor Manoel Pinto de Alvarenga Rosa para deporem como testemunhas. Todos os três acabaram por referendar as palavras do padre. Não se dando por satisfeito, em seguida, o juiz convocou o capitão Rodrigues Velho para depor, embora este não tenha estado presente na missa, pois – conforme ele mesmo – “não sou chegado a rezas” (NEVES, 1977, p. 67). Rodrigues Velho havia escrito um relato sobre o ocorrido a pedido das autoridades e baseado no que havia ouvido da gente que habita na região. Diferentemente dos depoimentos das outras três testemunhas, o capitão Rodrigues Velho, num dos trechos de sua carta-relato, apesar de depreciar os negros e suas intenções de liberdade, imputa ao padre a rebeldia dos negros:

CAPITÃO: [...] – 4º – que o papel que frei Gregório representou na insurreição, não passou de um frade camelo e inconsiderado, que em suas conversações com os negros lembrava a plena liberdade que gozam os povos da Itália e de outros países da Europa, reprovando e maldizendo assim o cativo no Brasil, o que muito concorreu para a revolta na mente estúpida dos cativos (NEVES, 1977, p. 68).

O juiz dá mais uma oportunidade ao padre para se manifestar. Gregório se defende, alegando o levante dos negros como uma ação a serviço do “Inimigo do Gênero Humano e de Deus”, e jura continuar lutando pela sua inocência *in saecula saeculorum*. O juiz determina encerrada a sessão.

Na cena dois, intitulada “Monólogo do capitão Antonio Pinto”, Luiz Guilherme Santos Neves, sintetiza o papel do branco colonizador em terras capixabas, embora seu perfil coincida com todo o processo de escravidão nos mais distintos rincões da América Latina. O capitão de patente, Antonio das Neves Teixeira Pinto, relata com orgulho seus serviços prestados às autoridades tanto de estado quanto de fazendeiros, na sua trajetória de cinquenta anos de empreitada, matando, açoitando, torturando, castrando e prendendo negros. E, em tom íntimo e arrogante, também esnoba de maneira sádica o poder que sua classe:

CAPITÃO [...] – Mas ressalvo esclarecimento que de negro fingidor não guardo amedrontamento, que negro é lixo do mundo, rebotalho da África – (*Cospe no chão*). É raça sem honradez, excremento do Criador. Mesmo assim, não cabe se distrair com eles porque negro quando foge vira bicho matreiro, inventor de falsidade. Este cuidado me tem salvado de muita emboscada perversa.

Para vosso conhecimento, relato um caso.

Foi nos lados de Mangaraí, no encalço de dois ladinos. Eu tinha avançado na frente de meus adjuntos – uns cinco cabras de pouca valia. Mal podia imaginar que os fujões estavam ali bem perto, de tocaia armada, na curva do caminho. Foi quando veio a presença deles, que negro fede na distância de vinte metros. Aí, aguicei a atenção e reduzi a passada: os dois tocaiantes estavam encarapitados num pé de árvore na estreitura mais estreita da trilha, de bote armado na minha direção. Disparei chumbo grosso no primeiro que marquei pela mira do fuzil. O segundo caiu de tremedeira do alto do galho. Cortei na chibata os costados do puto e taquei sal no aberto das feridas para conhecimento de que o Capitão Antonio Pinto não é homem de ser desfeito em emboscada de escravo. Meus prezados os berros que o cativo deu chegaram na Capital um dia na minha dianteira (NEVES, 1977, p. 71-72).

Esse fragmento, de certa forma, ademais de uma síntese da realidade no universo da peça, trata-se de uma radiografia que sintetiza um recorte histórico e a mentalidade que alimentou toda a história do nosso processo chamado “civilizatório”.

Na terceira cena, intitulada “Cena após o monólogo do capitão Antonio Pinto”, ocorre uma sessão da Assembleia Provincial do Espírito Santo. Nesse momento o estado determina os tipos de punição e os nomes dos condenados. Conforme a participação de cada um na insurreição, a Assembleia estabelece e nomeia os

que são condenados à morte pela força, outros por açoites, inclusive o número de chicotadas que cada um deveria receber de acordo com seu envolvimento na rebelião. Sarcasticamente, tais punições são colocadas como uma salvaguarda para a manutenção dos privilégios da classe dominante da sociedade coronelista que se instaurou na Província do Espírito Santo nessa época.

ANUNCIANTE – (Lendo) – Tal é a palma que têm de colher da proclamação de sua liberdade, o prêmio que hão de obter no plano sanguinário que contra nós urdiram, e com que intentavam nos sacrificar nos altares de sua ferocidade se a Insurreição não tivesse sido burlada em começo. É a consciência da sentença de um reto juiz (NEVES, 1977, p. 78).

A quarta cena, intitulada “Cena na prisão entre Chico e João” se desenrola com Chico Prego e João da Viúva que estão encarcerados numa cela próxima à igreja de São José do Queimado. Fazem uma avaliação da luta, seus erros e acertos, refletem sobre a morte e o papel dos que assassinam e dos que são assassinados. Tentam sem êxito entender o sentido de uma punição para os que nada querem senão a liberdade que é o maior valor humano. Quebram a cabeça, tentando imaginar em que princípios se fundamenta a lógica de um grupo social sobre o outro. Debatem sobre a reação dos negros que ainda estão foragidos, os que estão sendo assassinados, os procedimentos da força e o sentido da existência que, num determinado momento, parece que a morte, nesse modelo de sociedade, é a única alternativa para a liberdade. Dessa conversa com o amigo, algumas coisas incomodam muito a Chico Prego, como o pedido de perdão, os gritos, os choros.

JOÃO – ... E, da tua parte, Chico Prego, qual a vontade derradeira?  
CHICO – (Depois de pensar alguns segundos) – A resposta vou te dizer. Tu vai ficar sabendo porque esta minha vontade nasceu do que tu me falou antes, descrevendo a morte dos enforcados. Meu querer, irmão, é morrer em silêncio, sem deixar escapar um ai. É isso: meu gemido de morte ninguém pode ouvir. Não largar isso pra satisfação do povo. Levar ele comigo, trancado na minha goela, seguro nos dentes. Quando a estremeção da corda e o peso do corpo inchar no meu pescoço, juro, irmão, porque essa vai ser a minha vontade final, juro que mesmo no aperto do laço vou botar sentido pra me debater em silêncio, penar em silêncio, morrer em silêncio. E caso a pontada da dor venha tão forte e doído que nem minha boca, nem meus dentes, nem minha língua mordida e sangrada segurem o gemido final da minha morte, só tu,

irmão, só tu, fica sabendo que Chico Prego gritou pra dentro do corpo, que meu lamento agoniado e terrível rasgou minhas partes internas, inchou minhas veias até o sangue brotar delas, mas não varou do corpo pra fora pelo caminho da boca (NEVES, 1977, p. 85).

Na cena final, ou quinta, intitulada "Cena após a execução", o autor faz uma alegoria, uma espécie de ilustração para a obra apresentada, criando um espaço de reflexão sobre o acontecimento teatral. Fecha com um jogral cujos versos remontam a alguns elementos que sustentam a ação, não como uma forma de explicá-la, mas como uma possibilidade de estabelecer um diálogo entre o lúdico e o racional.

Enfim, cai o pano do documento cênico *Queimados*.

De certo modo, a peça possui elementos de uma epopeia ou do épico, no sentido de que traz feitos bélicos e fatos históricos de indivíduos negros escravizados em busca de sua dignidade humana e social, que compõem um aspecto sonogado ou secundarizado de nossa história oficial. Embora pareça haver uma contradição com o que se entende como epopeico ou épico, considerando que, geralmente, essas categorias são "oficialmente" aceitas com a presença de heróis brancos, os protagonistas de *Queimados* são, sem dúvida, heróis, pois eles se sustentam da rebeldia contra a moral da mitologia cristã estabelecida, que permitia paradoxalmente a redução de um homem à escravidão.

Por outro lado, pelo menos em sua estrutura dramática, podemos dizer que a obra dramática de Luiz Guilherme Santos Neves apresenta diversos subsídios que mais a aproximam da tragédia, conforme a *Poética* de Aristóteles. Primeiramente, a obra se alicerça no cânone aristotélico das unidades de ação, tempo e espaço, quando ele afirma que:

Já ficou assente que a Tragédia é imitação de uma ação completa, constituindo um todo que tem certa grandeza, porque pode haver um todo que não tenha grandeza.

"Todo" é aquilo que tem princípio, meio e fim. "Princípio" é o que não contém em si mesmo o que quer que siga necessariamente outra coisa,

e que, pelo contrário, tem depois de si algo com que está ou estará necessariamente unido. “Fim”, ao invés, é o que naturalmente sucede a outra coisa, por necessidade ou porque assim acontece na maioria dos casos, e que, depois de si, nada tem. “Meio” é o que está depois de alguma coisa e tem outra depois de si (ARISTÓTELES, 1992, p. 47)

Um dos elementos da descrição da tragédia na *Poética* que se encontra presente e com frequência em *Queimados* é o coro, como uma personagem coletiva que cumpre o papel de cantar partes significativas do drama. Ora como “cantos de cena” narrando situações, ora como *kommói*, que são cantos de lamento, recolhidos tanto do folclore capixaba quanto do cancionero popular brasileiro.

Outros dois itens qualitativos que coincidem com o gênero aristotélico são os elementos qualitativos do reconhecimento e da peripécia.

O “Reconhecimento”, como indica o próprio significado da palavra, é passagem do ignorar ao conhecer, que se faz para amizade ou inimizade das personagens que estão destinadas para a dita ou para a desdita (ARISTÓTELES, 1992, p. 61).

O “Reconhecimento” aqui, para além do momento exato em que o frei Gregório e Elysiário se “reconhecem”, há todo um processo de reconhecimento real da situação em que todos os outros personagens se encontravam e de que lado estavam.

“Peripécia” é a mutação dos sucessos no contrário, efetuada do modo como dissemos; e esta inversão deve produzir-se, também o dissemos, verossímil e necessariamente. Assim, no *Édipo*, o mensageiro que viera no propósito de tranquilizar o rei e de libertá-lo do terror que sentia nas suas relações com a mãe, descobrindo quem ele era, causou o efeito contrário; e no *Linceu*: sendo Linceu levado para morte, e seguindo-o Danau para o matar, acontece o oposto – este morre e aquele fica salvo (ARISTÓTELES, 1992, p. 61).

Na obra em questão, a peripécia acontece depois do encontro entre o frei Gregório e Elysiário, momento este em que o rumo da história que apontava para um acerto de mal-entendidos é radicalmente invertido e nada mais resta senão o enfretamento que, de alguma maneira, novamente se aproxima de outro elemento que compõe a tragédia, ou seja, a catástrofe.

Apesar de todas essas “coincidências”, a composição de *Queimados* se distancia da tragédia, tendo em vista que a mesma tem por base o mito e, conforme Aristóteles, “[...] o Mito é o princípio e como que a alma da Tragédia; só depois vem os caracteres. [...] A Tragédia é, por conseguinte, imitação de uma ação e, através dela, principalmente, [imitação] de agentes” (ARISTÓTELES, 1992, p. 43).

E, ainda:

Uno é o Mito, mas não por se referir a uma só pessoa, como creem alguns, pois há muitos acontecimentos e infinitamente vários, respeitantes a um só indivíduo, entre os quais não é possível estabelecer unidade alguma. Muitas são as ações que uma pessoa pode praticar, mas nem por isso elas constituem uma ação uma (ARISTÓTELES, 1992, p. 51).

A propósito, a comparação da estrutura da peça *Queimados* com o que descreve a *Poética* não tem a pretensão de averiguar se a obra cumpre ou não os preceitos aristotélicos, mas refere-se à tentativa de desvencilhar o documento cênico da ideia convencional de tragédia e de aproximá-la de seus aspectos mais amplos, tendo em vista que é muito comum que a esse gênero sejam atribuídas as ações de natureza grave, como mortes, desgraças e calamidades, como o que aconteceu com o grupo dos insurretos negros em 1849.

E não somente em acontecimentos do cotidiano, mas também na literatura e na dramaturgia, como demonstra Felipe Gonçalves Figueira no artigo “A morte em *Morte e vida severina*: estudo sobre a dimensão trágica do texto de João Cabral de Melo Neto”, em que ele busca relacionar a ideia da “morte severina” de camponeses nordestinos com a experiência da tragédia grega.

[...] e debruço-me sobre a dimensão trágica presente em *Morte e vida severina*. O trágico, nesse sentido específico, não se confunde com aquele mesmo da Grécia antiga. Busco evidenciar que – sob novas circunstâncias enunciativas – há dimensões trágicas ainda pertinentes na memória coletiva (FIGUEIRA, 2020, p. 110).

Entendendo a ideia de tragédia na qual se sustenta Aristóteles, e sendo essa, por sua vez, uma imitação de homens superiores, a partir das ações do mito, ela decorre da fatalidade, ou seja, trata-se de um destino o qual não se pode evitar. Assim, há que se fazer novamente outras considerações.

Primeiro, *Queimados* tem como protagonistas negros lutando heroicamente pela liberdade. Mas estes não eram considerados “homens superiores”, muito pelo contrário, eram tratados como inferiores, foram trazidos para o Brasil à força, torturados e açoitados durante quase toda a sua vida e muitos até assassinados. Aqui nem está em questão o status de superior ou inferior, mas reivindicar um olhar de justiça sobre esses seres humanos que, na revisão da narrativa historiográfica contemporânea e nas reivindicações de instituições, como a Fundação Cultural Palmares, e organizações, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (Neab) ou a Central Única das Favelas (Cufa), restabelecem a história e, não raro, a heroicidade dos negros que lutaram contra a opressão escravocrata. Desse modo, do ponto de vista desses historiadores e pensadores há sem dúvida superioridade de figuras como Elysiário e Chico Prego.

Segundo, se levarmos em conta a ideia de mito, isto é, da narrativa que fundamenta a tragédia, as autoridades governamentais, assim como os senhores que escravizaram os negros foram amparados pela Igreja católica, uma vez que suas justificativas tinham a ver com a mitologia de os negros supostamente descenderem do filho proscrito de Adão, Caim, no livro bíblico de Gênesis. Ademais disso, e talvez por isso mesmo, a escravidão foi um projeto político e demasiado humano de colonização, entendendo o conceito de humanidade de acordo com os interesses eurocêntricos dos colonizadores que não reconheciam a alteridade alheia à cristandade.

Terceiro, no que tange à fatalidade, ainda caímos numa dicotomia. Por um lado, a escravidão não tinha relação efetivamente direta com um destino do qual não

se podia evitar, inclusive, há diversas experiências de relação entre outros povos que necessariamente não se deram dessa forma. Por outro, temos a clássica experiência do *Édipo Rei*, de Sófocles. Seu pai, Laio, que era o rei de Tebas, ao consultar o oráculo ficou sabendo que seu filho quando crescesse o mataria e teria filho com Jocasta, sua própria mãe. Laio resolve matá-lo, ainda bebê, levando-o ao Monte Cierão, onde pregou os seus pés no chão com pregos para que sangrasse e morresse rapidamente. Mas o bebê acabou recolhido ainda vivo por um pastor que passou no local. Depois, foi adotado por um rei de Corinto e, um dia, sem saber que era sua cidade natal, retornou a Delfos. Ao consultar o Oráculo, também recebeu a previsão de que iria matar o seu próprio pai e se casaria com sua mãe. Desesperado, Édipo resolveu fugir, para não acontecer nada a seus pais adotivos que ele acreditava serem os biológicos. Na fuga, encontrou um homem, que o desafiou e o mandou que saísse de sua frente. Tomado de fúria, Édipo o matou. Esse homem era Laio, o seu pai. Depois, o resto da profecia se cumpriu.

Nota-se que, realmente, trata-se de uma fatalidade, pois o que tinha que ser, de acordo com a mitologia, foi. Mas mesmo assim, embora sem saber, foi-lhe dada a oportunidade de tomar uma decisão. Ao contrário, os negros escravizados de Queimado tiveram seus destinos desde o princípio traçados pelos colonizadores, sem que nunca tivessem tido a oportunidade de consultar um Oráculo, nem de tomarem nenhuma decisão entre sair ou ficar onde nasceram, e sequer a de conhecer as leis às quais estavam submetidos. Luiz Guilherme Santos Neves, no entanto, percebe a consciência de Elysiário e seu grupo e realça em sua atitude reivindicatória o desejo de mudar a sorte. Ao deparar o mal-entendido na comunicação com o frei Gregório, poderia escolher entre o retorno à situação anterior ou resistir no projeto de alforria. Optou pela desobediência ao poder religioso e senhorial e, como Prometeu, foi condenado à morte.

Nesse sentido, a peça teatral *Queimados: documento cênico*, de Luiz Guilherme Santos Neves, é uma história viva que merece ser revisitada para melhor se

entender o presente de nossa sociedade como herdeira dessa ideologia escravocrata que, nem sempre de forma escamoteada, perpassa as relações de classes até os dias atuais. E se a tragédia grega tem por efeito específico a catarse, ou seja, a purificação ou purgação do terror e da piedade, aqui, em *Queimados*, a peça termina com feridas propositalmente abertas que não se cicatrizarão jamais pelo poder da mitologia, senão pelo reconhecimento e ação dos herdeiros das mãos que as abriram.

### Referências:

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1992.

CLÁUDIO, Afonso. *Insurreição do Queimado – Episódio da História da Província do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIGUEIRA, Felipe Gonçalves A morte em morte e vida severina: estudo sobre a dimensão trágica do texto de João Cabral de Melo Neto. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, v. 31, n. 60, p. 106-120, 16 jul. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44105/25191>>. Acesso em: 23 maio 2021.

FREITAS, Jaqueline. Insurreição do Queimado, um marco da luta pela liberdade. In: FUNDAÇÃO Cultural Palmares. *Fundação Cultural Palmares - Notícias*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2011. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=9431>>. Acesso em: 23 maio 2021.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *Queimados: documento cênico*. Vitória: Edição do Autor, 1977.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *O templo e a força*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Cultural-ES, 1999.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *Queimado – a insurreição que virou mito*. Vitória: Cultural-ES; Tertúlia, 2012.

RESUMO: Analisa aspectos trágicos na peça de Luiz Guilherme Santos Neves, *Queimados: documento cênico* (1977). Fundamentam a leitura a *Poética*, de Aristóteles, e o estudo de Felipe Gonçalves Figueira. Observa que na dramaturgia de Santos Neves ocorre uma atualização do gênero prescrito pelo pensador grego.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e História dos negros. Dramaturgia brasileira – Luiz Guilherme Santos Neves. Luiz Guilherme Santos Neves – *Queimados: documento cênico*. Insurreição de Queimado – Tema literário.

ABSTRACT: It *analyses* the tragic aspects of *Queimados: documento cênico* (1977), by Luiz Guilherme Santos Neves. The *Poetics* of Aristotle and the studying of Felipe Gonçalves Figueira base the discussion. It observes that Santos Neves' play updates the genre prescribed by the Greek philosopher.

KEYWORDS: Literature and Black History. Brazilian Theater – Luiz Guilherme Santos Neves. Luiz Guilherme Santos Neves – *Queimados: documento cênico*. Insurrection of Queimado – Literary Theme.

Recebido em: 5 de junho de 2021  
Aprovado em: 7 de junho de 2021